

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCINE BORGES GOMES

**PROCESSO DE IMPORTAÇÃO E SEUS BENEFÍCIOS PARA EMPRESA  
SPB**



CURITIBA

2017

FRANCINE BORGES GOMES



**PROCESSO DE IMPORTAÇÃO E SEUS BENEFÍCIOS PARA EMPRESA  
SPB**

Monografia apresentada como requisito parcial  
à obtenção do título de Especialista em Gestão  
Contábil e Tributária, Escola de Negócios,  
Universidade Federal do Paraná.

Prof. Mayla Cristina Costa

CURITIBA

2016

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus, pela saúde e disposição que me permita a realização deste trabalho.

Aos meus familiares, que derem apoio e pela compreensão na ausência nos dias de sábados durante meses.

Aos meus amigos que estiveram ao meu lado, ajudando, dando apoio e ideias para realização deste trabalho.

Aos colegas do Sistema de Bibliotecas pela contribuição no levantamento dos dados.

Aos nossos amigos e colegas de pós-graduação.

Agradeço também à todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo de pesquisa.

“Lutemos por um mundo novo... um mundo bom  
que a todos assegura o ensejo de trabalho, que dê  
futuro a juventude e segurança à velhice.”

Charles Chaplin- Tempos Modernos

## RESUMO

O presente trabalho refere-se à pesquisa e estudo de caso, dos benefícios de se realizar o processo de importação, mostrar aos gestores da empresa SPB, a importância de se conhecer o processo aduaneiro. Para compor o rol de informações sobre como realizar o processo de importação, e mostrar seus benefícios, foram levantados dados sobre as especificações, os impostos que são aplicados para realizar o processo. Tais informações como, os documentos necessários para realizar o despacho aduaneiro, como o cadastro no REI – Registro de Importadores e Exportadores, processo realizado através da SISCOMEX- Sistema Integrado do Comércio Exterior, um sistema informatizado da Receita Federal, para obtenção do Licenciamento Não-Automático de Importação (LI). A partir da análise das documentações, classificações dos itens, e de como ocorre o processo de importação, os gestores podem analisar o quão importante, pode ser para a organização, o entendimento de se importar matéria-prima, através deste conhecimento, há uma economia no custo de aquisição deste material importado. Na pesquisa realizada pode se verificar também, os impostos aplicados no processo, através de um estudo aprofundado, para início deve se verificar os benefícios que o local onde está localizada a organização pode possuir junto ao governo, na sequência os gestores deve analisar os impostos incidentes e aplicando os benefícios, diminuir os custos do material adquirido. Após a conclusão desta pesquisa, será apresentado aos diretores o estudo de caso específico, com a finalidade de adquirir outros materiais homologados, e similares porém que sejam importados.

Palavras-Chaves: Processo Aduaneiro, Receita Federal, Comércio Exterior.

## **ABSTRACT**

The present work refers to the research and case study of the benefits of carrying out the import process, to show the managers of the SPB company, the importance of knowing the customs process. To compose the roll of information on how to carry out the import process, and to show its benefits, data were collected on the specifications, the taxes that are applied to carry out the process. Such information as the documents necessary to carry out the customs clearance, such as registration in the REI - Importers and Exporters Registry, a process carried out through SISCOMEX - Integrated Foreign Trade System, a computerized system of the Federal Revenue, to obtain the Non-Automatic Import (LI). From the analysis of documentations, classifications of items, and how the import process occurs, managers can analyze how important it may be to the organization, understanding of importing raw material, through this knowledge, there is an economy In the cost of purchasing this imported material. In the research carried out can also verify the taxes applied in the process, through an in-depth study, to start should verify the benefits that the place where the organization is located may have next to the government, following the managers must analyze the taxes incident And by applying the benefits, lower the costs of the material purchased. Upon completion of this research, the directors will be presented with the specific case study, with the purpose of acquiring other homologated materials, and the like, however, that they are imported.

Keywords: Customs Process, Federal Revenue Service, Foreign Trade.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PRODUTOS INTERIORES .....	30
FIGURA 2: PRODUTOS EXTERIORES .....	31
FIGURA 3: CLASSIFICAÇÃO NCM .....	34

## LISTA DE TABELAS

### Sumário

TABELA 1:I.I - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO .....	18
TABELA 2: IPI- IMPOSTO SOBRE PRODUTO INDUSTRIALIZADO .....	19
TABELA 3: ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADRIAS E SERVIÇOS.....	20
TABELA 4: PIS E COFINS .....	21
TABELA 5: TAXA SISCOMEX .....	22
TABELA 6: ESTUDO DE CASO – EXEMPLO 1 .....	37
TABELA 7: CUSTO MATÉRIA-PRIMA IMPORTADA – EXEMPLO 1 .....	37
TABELA 8: AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA NACIONAL – EXEMPLO 1 ....	39
TABELA 9: ESTUDO DE CASO – EXEMPLO 2 .....	39
TABELA 10: CUSTO MATÉRIA-PRIMA IMPORTADA – EXEMPLO 2 .....	40
TABELA 11: AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA NACIONAL – EXEMPLO 2..	41
TABELA 12: ESTUDO DE CASO – EXEMPLO 3 .....	42
TABELA 13: CUSTO MATÉRIA-PRIMA IMPORTADA – EXEMPLO 3 .....	43
TABELA 14: AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA NACIONAL – EXEMPLO 3..	43

## **LISTA DE SIGLAS**

CI – Comprovante De Importação

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

DI – Declaração De Importação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

I.I – Imposto de Importação

IPI – Imposto Sobre Produto Industrializado

LI – Licenciamento Não-Automático

MP – Matéria- Prima

PIS – Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público

REI – Registro De Importadores E Exportadores

RFB – Receita Federal Do Brasil

ROF – Registro De Operações Financeiras

SISCOMEX – Sistema Integrado De Comércio Exterior

ZFM – Zona Franca De Manaus

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	1
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	4
1.3 OBJETIVOS.....	4
1.3.1 Objetivo Geral .....	4
1.3.2 Objetivos Específicos.....	4
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO .....	5
1.5 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO.....	5
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	7
2.1 SETOR AUTOMOTIVO .....	9
2.2 IMPORTAÇÃO E TRIBUTOS APLICADOS .....	17
2.2.1 Imposto de Importação .....	17
2.2.2 Imposto Sobre Produto Industrializado .....	18
2.2.3 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.....	19
2.2.4 PIS Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e COFINS Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.....	21
2.2.5 Taxa Siscomex.....	21
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	23
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	26
4.1.2 Produtos.....	30
4.3 Descrição dos tributos Aplicados ao produto, e análise dos benefícios .....	34
<b>5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	45
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Para uma empresa definir realizar a importação, ela deve realizar algumas perguntas como: Por que importar? Quais os benefícios para a empresa? Quais as principais etapas do processo de importação?

Cada ano que passa o comércio internacional se torna cada vez mais competitivo, e exige domínio maior dos procedimentos de importação. A importação pode se tornar o segredo para um negócio de sucesso. O mercado internacional oferece alta tecnologia, nos serviços e materiais fabricados deve ser levada em consideração a correta identificação dos produtos a serem importados.

Após a definição e descrição do material importado, as organizações devem efetuar um estudo da verdadeira necessidade do item, e quais os benefícios pode obter fiscalmente, e financeiramente, com a realização do processo. A classificação correta do item é importante, pois através dele são obtidas informações como: impostos, dados estatísticos, negociação e acordos, a falta da descrição, pode sujeitar a empresa ser multada.

Para as empresas iniciarem suas atividades relacionadas à importação e exportação, devem passar por alguns procedimentos, inicialmente devem estar cadastradas no Registro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior (REI). A inscrição é realizada de forma automática, através da primeira operação no Siscomex.

O Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) trata se de um sistema informatizado da Receita Federal, no qual o importador registra as informações da operação comercial e da mercadoria, com a finalidade de emissão do Licenciamento Não-Automático de Importação (LI), Declaração de Importação (DI), Registro de Operações Financeiras (ROF) ou a consulta e retificação do Extrato da DI. Instituído pelo Decreto nº 660, de 25.9.92 (atualizado pelo Decreto nº 8.229 de 2014), a taxa Siscomex integra as atividades da Secex, da SRF e do Banco Central do Brasil (Bacen). A primeira etapa do Siscomex Importação foi implantada em janeiro de 1997, a partir desta

data, as solicitações passaram a ser registradas e analisadas online, em casos específicos, pelos anuentes como Ministério da Saúde, Departamento da Polícia Federal e Ministério do Exército. Após o registro do desembaraço da mercadoria no Sistema a SRF emite o Comprovante de Importação (CI).

A SECEX possui como principal objetivo formular as propostas de comércio exterior, estabelecendo normas necessárias para sua implementação, propõe alíquotas para o imposto de importação, e suas alterações. A Receita Federal do Brasil (RFB) é o órgão de autoridade fiscal no que se refere ao comércio exterior, a fiscalização física e arrecadação dos tributos decorrentes da atividade do comércio exterior. E o Banco Central (Bacen) formaliza as propostas de política cambial.

Para se efetuar o processo de importação, é necessário outro tipo de registro, como Registro da Habilitação no Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (RADAR), para habilitar pessoa física responsável por pessoa jurídica importadora, exportadora ou internadora da Zona Franca de Manaus (ZFM), no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), e o credenciamento dos respectivos representantes para a prática de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro. O Radar credencia os operadores do comércio exterior a realizar suas operações de exportação ou de importação através do SISCOMEX.

Para a Receita Federal, a importação deve ser resumida deste modo:

Cabe ao transportador marítimo internacional, no módulo Siscomex Carga, prestar à RFB informações sobre o veículo e as cargas, nacionais, estrangeiras e de passagem, nele transportadas, para cada escala da embarcação em porto alfandegado. No caso do modal aéreo, o manifesto eletrônico deverá ser informado no sistema Mantra. Cabe ao depositário, informar à RFB, de forma imediata, sobre a disponibilidade da carga recolhida sob sua custódia. Cabe ao importador o registro da DI ou DSI no Sistema. E cabe à fiscalização aduaneira a conferência aduaneira e o desembaraço. (Site Receita Federal).

Em relação à fase fiscal compreende o tratamento aduaneiro, por meio do despacho de importação, o procedimento mediante o qual é verificada a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação às mercadorias importadas, aos documentos apresentados e à legislação específica, com

vistas ao seu desembaraço aduaneiro. O pagamento dos tributos se dá após o registro da DI (Declaração de Importação), consiste na prestação das informações correspondentes à operação de importação.

O tratamento tributário nos processos de importação é composto por um conjunto de impostos, iniciando pelo imposto de importação, outros impostos de esfera federal, estadual, e até municipal. O Imposto de Importação (I.I), imposto federal, no qual incide sobre o custo do produto importado, em território nacional, acrescido do frete, e do seguro internacional; O Imposto sobre Produto Importado (IPI), imposto federal, que incide sobre operações com produtos industrializados, nacionais ou estrangeiros, imposto seletivo, em função em função da essencialidade dos produtos e não-cumulativo; Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), imposto estadual, incidente sobre a operação de circulação de mercadorias, e serviços, imposto uniforme e não-cumulativo; A Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Pública (PIS), incide na importação dos produtos estrangeiros; e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), também incide na importação de produtos estrangeiros.

Com o propósito de atrair mais empresas a realizarem a operação de importação, e aumentar a arrecadação tributária, as Secretarias Estaduais da Fazenda oferecem alguns benefícios, como a desoneração de ICMS, como exemplo os Estados do Paraná e Santa Catarina, no qual concedem créditos presumidos de ICMS, proporcionando uma carga tributária bem inferior a alíquota praticada em outros Estados, diferimento do ICMS para as operações futuras e incentivos financeiros atrelados à dilatação no prazo de pagamento do ICMS incidentes nos processos de importação.

Em estudo será utilizado à empresa SPB, na qual se trata de uma Indústria do setor automotivo, seu principal produto é o painel de porta, a principal matéria prima utilizada é o composto de Polipropileno, esta matéria prima é importada da Bélgica, da empresa ExxonMobil. Devido à grande dificuldade econômica do Brasil, a empresa SPB optou por importar este material, pois o custo da importação é mais baixo, em relação à compra nacional.

Cabe aos gestores de uma organização possuir conhecimento sobre o material que está sendo comprado, e as formas de comprar, tais como importar esse material. Contudo, há sempre quesitos a se levantar, um deles está relacionado com a localização da empresa, e quais os benefícios fiscais/tributários o estado possui junto ao processo aduaneiro.

Dessa maneira, justifica-se a pesquisa em compreender os benefícios para a compra de matéria-prima e considera-se o problema posto a seguir.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Devido à grande complexidade e burocracia para se realizar um processo de importação, surge a questão de pesquisa: Quais os benefícios para a compra de matéria-prima, considerando a legislação tributária e a localização do porto para importação?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Demonstrar por meio de um estudo de caso os benefícios para a compra da matéria-prima, considerando a legislação tributária e a localização do porto para efetuar o processo de importação no Brasil.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos serão abordados pela técnica da pesquisa bibliográfica, e do estudo de caso, conforme os objetivos:

- (i) Definir e classificar corretamente a matéria-prima importada;
- (ii) Descrever os tributos aplicados produto, e analisar quais os benefícios dos tributos;
- (iii) Analisar e escolher o melhor local Estado/porto para se realizar o desembaraço;
- (iv) Efetuar o estudo de caso com a empresa SPB e analisar o custo da matéria-prima importada no Brasil.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Esta pesquisa possui como principal justificativa o esclarecimento do processo de importação, para tomada de decisão dos gestores, mostrar a importância do entendimento sobre importar, e caracterizar os principais benefícios para a modalidade de importação de matéria-prima, e como consequência a diminuição dos custos.

Devido a grande demanda, e ao crescimento do mercado internacional, as empresas buscam realizar mais compras fora do País, em muitos casos, através da importação as empresas podem adquirir materiais, com um custo mais baixo, que os produtos nacionalizados. São diversos os motivos que levam uma empresa a importar. Na maioria dos casos, busca-se esta alternativa para se obter maiores variedades de produtos, bens e serviços que não são produzidos, ou oferecidos, internamente. No caso brasileiro, destinam-se, principalmente, ao abastecimento do setor industrial de matérias-primas, máquinas e equipamentos.

Em resumo, as organizações buscam realizar importação, pois trata-se de um dos principais focos estratégicos, diminui os custos, aumenta o faturamento com produtos inéditos, incrementa a lucratividade das empresas, amplia a participação de mercado devido à disponibilização de um portfólio de produtos mais complexos.

Do ponto de vista acadêmico a pesquisa pretende contribuir para o conhecimento do processo de importação, dado que existe ainda pouca literatura no Brasil e estudos publicados em periódicos nacionais. Por meio do estudo realizado, os gestores da empresa estudada poderão tomar maiores decisões sobre o tratamento dos processos de importação, e o quão benéfico poderá ser para a empresa SPB.

#### 1.5 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

Além da Introdução, esta monografia possui a revisão de literatura, metodologia, estudo de caso, análise de discussão de discussão do caso, e considerações finais.

Atualmente existem poucos estudos específicos voltados para o processo aduaneiro, conforme já comentado, devido à grande complexidade da questão tributária, e a mudança deste aspecto levando em consideração a localização da organização, o estado em que o processo de importação estará ocorrendo, o ramo de atividade da organização, e o produto em que se está importando. No Brasil a área tributária existe um grande e aprofundado estudo, pois se trata de uma área extensa e com várias informações, que podem ser alteradas a qualquer momento. Em uma visão geral a contabilidade é fonte de informação dispensável para que qualquer empreendedorismo cresça. Não basta necessariamente possuir boas ideias, força de vontade e determinação, o profissional deve ter empenho o suficiente para que possa entender, interpretar a parte tributária da contabilidade.

Analisando o site de pesquisa Spell, relacionado a processo de importação, consta apenas uma publicação: Importação de mapeamento e análise de processos em uma pequena empresa brasileira. Autores: Humberto TonaniTosta , Alexandre Marino Costa , Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta , Patrícia de Sá Freire , Edivandro Luiz Tecchio. E, em relação ao setor automobilístico existe aproximadamente 100 (cem) artigos, relatando informações, que não analisam a problemática de importação, mas sim outras questões do setor, como tomada de decisão estratégica, recursos humanos, produtividade, entre outros.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Para as organizações que estão ampliando seus negócios, realizando a operação de importação, é de extrema importância, o conhecimento, claro sobre o despacho aduaneiro. Principalmente para tomada de decisão e economia, deve se levar em consideração algumas informações como: por onde importar, (aéreo ou marítimo), e o local/região (estado), em que irá receber a mercadoria.

Segundo o Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, Art 5º Dos Portos, Aeroportos e Pontos de Fronteira Alfandegados.

Art. 5º Os portos, aeroportos e pontos de fronteira serão alfandegados por ato declaratório da autoridade aduaneira competente, para que neles possam, sob controle aduaneiro: I - estacionar ou transitar veículos procedentes do exterior ou a ele destinados; II - ser efetuadas operações de carga, descarga, armazenagem ou passagem de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas; e III - embarcar, desembarcar ou transitar viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados. Art. 6º O alfandegamento de portos, aeroportos ou pontos de fronteira será precedido da respectiva habilitação ao tráfego internacional pelas autoridades competentes em matéria de transporte. Parágrafo único. Ao iniciar o processo de habilitação de que trata o caput, a autoridade competente notificará a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Art. 7º O ato que declarar o alfandegamento estabelecerá as operações aduaneiras autorizadas e os termos, limites e condições para sua execução. Art. 8º Somente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderá efetuar-se a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 34, incisos II e III).

Em função das necessidades especiais das empresas em relação ao material importado, estas organizações devem realizar um controle eficaz, para que não falte material em seu estoque, e para que não haja pagamento maior de impostos. Deste modo, a documentação enviada para o desembaraço deve ser enviada de forma correta, com a descrição e nomenclatura do item correto, para que possa ser registrado a DI (Declaração de Importação), e logo em seguida a emissão da Nota Fiscal, quando o processo estiver em canal verde.

Atualmente no estado do Paraná, a empresa SPB se apropria de alguns benefícios utilizando o porto de Paranaguá/PR, entre esses benefícios, enquadra-se a suspensão de IPI (Imposto sobre produto industrializado), conforme a instrução normativa 948/09:

Art. 6º Serão desembaraçados com suspensão do IPI as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem importados diretamente pelo estabelecimento industrial fabricante, preponderantemente, de componentes, chassis, carroçarias, partes e peças para industrialização dos produtos autopropulsados classificados nas posições 84.29, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5 e 87.01 a 87.06 da TIPI.

Tratando-se do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) fica concedida ao estabelecimento industrial, a suspensão do imposto, conforme Art. 615 Inciso 1 do RICMS/PR- Decreto 6.080/2012:

Fica concedida ao estabelecimento industrial que realizar a importação de bem ou mercadoria por meio dos portos de Paranaguá e Antonina e de aeroportos paranaenses, com desembaraço aduaneiro no Estado, a suspensão do pagamento do imposto devido nesta operação, quando da aquisição de: I - matéria-prima, material intermediário ou secundário, inclusive material de embalagem, para ser utilizado em seu processo produtivo.

Outro estudo realizado, no caso de uma indústria localizada no estado de São Paulo, com o mesmo segmento que a empresa SPB, tal indústria, importando por Paranaguá/PR, não utiliza dos mesmos benefícios, ou seja, acaba efetuando o recolhimento dos impostos ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), e IPI (imposto sobre produtos industrializados). Além de não possuir o benefício em estadia no porto.

Para os processos de importação, existem quatro tipos de canais, sendo eles verde, amarelo, vermelho e cinza. Para Paulo Zanellato (2010), em seu artigo Limites à Revisão Aduaneira, os canais são definidos da seguinte forma:

O canal verde fica dispensado do exame documental e a verificação da mercadoria; aquelas parametrizadas para o canal amarelo serão submetidas ao exame documental, e, não sendo constatada irregularidade, efetuado o desembaraço aduaneiro, dispensada a verificação da mercadoria; as alocadas para o canal vermelho sofrerão o exame físico e documental das mercadorias importadas; e, por fim, quando parametrizadas para o canal cinza, será realizado o exame documental, a verificação da mercadoria e a aplicação de procedimento especial de controle aduaneiro, para verificar elementos indiciários de fraude, inclusive no que se refere ao preço declarado da mercadoria, nos termos do artigo 21 da Instrução Normativa 680/2006. (Artigo 44343 Limites à Revisão Aduaneira).

Deste modo, fica comprovada a extrema importância de conhecer o material no qual se está importando.

A pesquisa realizada utiliza de informações para se realizar um processo de importação de forma adequada, caso a matéria-prima importada, passe pelo canal verde, e chega ao estabelecimento sem maiores complicações, o custo de tal matéria-prima importada, acaba sendo menor, que a matéria-prima adquirida nacionalmente, por este motivo, é de extrema importância o conhecimento, de como realizar a importação, e por onde trazer a matéria-prima, qual estado terá menores custos, e maiores benefícios para a indústria.

## 2.1 SETOR AUTOMOTIVO

O setor expande suas estruturas em grande parte do país e do mundo. O Setor Automotivo no Brasil possui grande importância, através dele movimenta uma boa parte da economia. A Indústria automobilística teve início no Brasil, através da empresa Grassi, fabricante de carrocerias, desde 1908. A Ford teve seu início em 1919, com o modelo T, conhecido como Ford “Bigode”.

Segundo a revista Quatro Rodas, em uma publicação em 26 de Novembro de 2013. Relata que após seis anos, a empresa General Motors (GM), implantou sua primeira linha de montagem no Brasil. O modelo Peugeot Type3 foi o primeiro carro a rodar no Brasil, tendo sido importado pela família do inventor do avião, Santos Dummont.

Entre 1945 e 1952, o Brasil gastou mais com veículos e produtos automotivos do que importando petróleo e derivados ou trigo. Face ao câmbio favorável, os europeus ganharam espaço no mercado nacional. Se antes nossas ruas eram tomadas por carros americanos, em 1950 passou a ser da Inglaterra que mais importaríamos automóveis de passeio. Em 1954, a Alemanha também superou os produtos vindos de Detroit. Em 31 de Março de 1952 Getúlio Vargas, através do CDI – Comissão de Desenvolvimento instalou a subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, e leis que passaram a fomentar a indústria e o comércio internacional de peças no país. Contudo, em 1956 o presidente Juscelino Kubistchek criou o GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

O grupo teve 30 dias para apresentar para o presidente um plano de trabalho referente ao setor automobilístico da indústria do país, e então, no mesmo ano, o plano já estava sendo posto em prática. Entretanto, só foram

computados dados de comerciais a partir do ano de 1957, no qual efetivamente o Brasil passou a fabricar e montar carros no seu território.

Para o Blog Fórmula Ufscar, Gabriel Druva Salomão relata que mais de 20 projetos foram apresentados à GEIA, porém, só 17 foram aprovados, e 12 concretizados, sendo eles: Fábrica Nacional de Motores; Ford Motor do Brasil S/A; General Motors do Brasil S/A; InternationalHarvester S/A; Mercedes Benz do Brasil S/A; Scania Vabis do Brasil; Simca do Brasil; Toyota do Brasil S/A; Vemag S/A; Volkswagen do Brasil S/A; Willys Overland do Brasil e Karmann Ghia do Brasil. Ford conquista o mercado e compra a Willys do Brasil, lançando assim o Corcel, carro de extremo sucesso para época e com clara aceitação. Seguido deste fato, temos o lançamento do Opala da GM, com um desempenho assombroso para a marca, que até então fabricava apenas caminhões.

Segundo o site Carro Antigo, nos anos de 1977 houve a introdução da empresa Fiat no mercado Brasileiro, nessa época a característica principal procurada nos veículos eram a economia de combustível, a Fiat então chegou com uma promessa de 14 ou mais quilômetros por litro. Impressionando seus adversários, no qual provocou os adversários, que se obrigaram a fabricar carros mais econômicos para concorrer com a Fiat, contudo, o resultado foi que o consumidor começou a contar, e qualquer que fosse o veículo escolhido, com um consumo antes considerado impossível.

E o Fiat trouxe, também, uma série de inovações tecnológicas, que por certo apressaram o lançamento de novos carros. A VW havia lançado o Passat TS, em 1976, com motor de 1600cm<sup>3</sup>, que era, também, um dos veículos mais atualizados. Assim o relançamento do Corcel II, totalmente remodelado, não foi uma surpresa. Este carro, surgido em 1968, ganhou, dez anos depois, características tais que pode ser considerado um novo carro. A Alfa Romeo veio fazendo modificações em seu produto básico, o 2300, lançado em 1974, de modo que apresentou o 2300 B e o 2300 TI, em 1977. As modificações inúmeras, foram feitas em boa hora, tornando o carro mais sofisticado, veloz, macio e econômico. Inclusive resolvendo o angustiante problema da direção pesada, do modelo 2300. A maior surpresa, talvez, tenha sido o lançamento de um híbrido, pela VW: a Variant II. Sua parte dianteira lembra um Passat (suspensão independente McPherson) e a traseira, uma Brasília (motor VW 1600).

O site Carro antigo, publicou os principais carros do Brasil:

1956 - Romi-Isetta

1956 - Perua DKW-Vemag  
1957 - Kombi - Volkswagen  
1957 - Ford F-100 - Ford  
1957 - Jeep Willys  
1958 - Chevrolet Brasil 3100 - Chevrolet  
1958 - Rural Willys  
1959 - Fusca - Volkswagen  
1959 - Simca Chambord  
1960 - Aero Willys  
1960 - FNM 2000 JK  
1961 - WillysInterlagos  
1962 - Karmann Ghia - Volkswagen  
1962 - Renault-Willys Gordini  
1964 - Chevrolet Veraneio – Chevrolet Pick Up  
1964 - GT Malzoni - Lumimari/Puma  
1965 - Brasinca GT 4200 Uirapuru  
1966 - Puma GT - Puma  
1966 - Willysltamaraty  
1967 - Galaxie - Ford  
1968 - Corcel - Ford  
1968 - Opala - Chevrolet  
1969 - VW 1600, Variant, TL - Volkswagen  
1969 - Dodge Dart  
1969 - Puma GT4R - Puma  
1970 - Belina - Ford  
1970 - Puma GTE - Puma  
1971 - Puma GTS - Puma  
1971 - Dodge Charger  
1972 - SP1 - SP2 - Volkswagen  
1973 - Chevette - Chevrolet  
1973 - Maverick (automóvel) - Ford  
1974 - Brasília - Volkswagen  
1974 - Passat - Volkswagen  
1975 - Chevrolet Caravan - Chevrolet  
1976 - 147 L - Fiat

1977 - 147 Pick-up - Fiat

1977 - Miúra

1978 - 147 Rallye - Fiat

1979 - Chrysler-Dodge Magnum e Le Baron

1979 - 147 Álcool– Fiat

Para a revista Anfeava, no fim dos anos 60 e início dos 70, o consumidor se torna mais exigente, e os modelos passam a ter uma qualidade melhor, sendo que várias empresas pequenas surgem, com destaque para a Gurgel e a Puma. Ao mesmo tempo, quatro empresas irão se consolidar como as principais fabricantes do país, dominando quase todo o mercado: Volkswagen, GM, Ford e Fiat, o último a ser ingerido no País foi a empresa Fiat, ingressou em 1976, em uma época de grande crise do Petróleo, contudo, prometendo o mesmo desempenho de outras marcas, porém com um consumo era menor, fazendo com que outras empresas fossem atrás para adaptar suas formas de fabricação.

Segundo a revista Anfavea, Artigo: Indústria Automobilística Brasileira 50 anos, página 10. O setor automobilístico possui presença nacional: “Só as montadoras contam hoje com 45 diferentes plantas industriais, distribuídas por sete estados e 26 municípios. São fábricas que produzem todo tipo de veículos, de automóveis e comerciais leves a caminhões, ônibus, tratores e colheitadeiras.”

A implantação e desenvolvimento do setor automotivo impulsionaram o Brasil a mudar de patamar econômico. O País deixou de ter sua economia exclusivamente apoiada na agricultura e na produção de bens primários, através deste avanço passou a ocupar lugar no chamado mundo globalizado.

Atualmente o setor automotivo é responsável por 10% das riquezas geradas pela indústria no país, através de sua cadeia produtiva o setor está diretamente associado ao desenvolvimento econômico nacional, empregando centenas de trabalhadores, em todas as áreas.

Segundo Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, Artigo: O setor automotivo no Brasil: Emprego, relações de trabalho e estratégias sindicais, (p.4)

Entre 2002 e 2014, o número de trabalhadores nas montadoras apresentou desempenho positivo. Saiu de um patamar de 78,4 mil trabalhadores em 2002, para 121,6 mil em dezembro de 2014, como pode ser observado no gráfico 1. Neste período, houve um incremento de 43,2 mil novos postos de trabalho (55,1%). Ainda que tenha sido observado em 2003, 2009, 2012 e 2014 diminuição nos postos de trabalho, os anos de 2004, 2007, 2010 e 2013 foram os mais pujantes do período, pois apresentaram crescimento do emprego superior a 11% em cada ano.

Os anos de 2015 e 2016 houve uma grande queda da economia relacionada ao setor automobilístico no Brasil, segundo a revista Exame.com, em seu site, no dia 22 de setembro de 2015 publicou a seguinte informação em seu artigo. Como anda a indústria automobilística no Brasil até agora

São Paulo – A crise econômica acertou em cheio as montadoras. De janeiro a agosto, 1,4 milhões de carros foram vendidos, 19,36% menos do que no mesmo período do ano passado. Com vendas e lucros menores, os funcionários da indústria também acabaram pagando o preço e 10.200 demissões já foram contabilizadas em 2015.

Em Outubro de 2015, a empresa Sebrae publicou um Boletim Mercado Automotivo do Brasil – Panorama do Setor:

Depois de muitos anos de crescimento, passando por um período de estagnação com a retirada de descontos ou isenções do Imposto Sobre Propriedade Industrial (IPI) em 2012, o setor automotivo no Brasil desacelerou em 2014 e 2015. Para os fabricantes e fornecedores do setoressa é um momento desafiador. A redução da demanda por carros nacionais reflete diretamente na produção e, conseqüentemente, também, no mercado de trabalho. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) estima que desde novembro de 2013, até abril desse ano, foram em torno de 20 mil demissões. Essas medidas foram tomadas pelas empresas para ajustar a mão de obra e cortar custos. Diante desse cenário de incertezas que envolvem toda cadeia automotiva, é imprescindível que as MPE compreendam o atual momentodo mercado nacional, que pode ser considerado uma oportunidade para os pequenos negócios.

Alguns fatores que contribuíram para a queda do setor automobilístico este relacionado à inflação, competitividade, fim dos incentivos fiscais, burocracia na contratação de créditos bancários, falta de linhas de financiamentos para exportações. O Brasil é o 8º (oitavo) produtor de veículos no mundo, em 2014 a produção mundial de veículos foi de 89,7 milhões de unidades, desses, 3,1 milhões foram produzidos no Brasil. O Faturamento da Indústria Automobilística se aproximou de U\$ 110,9 bilhões.

O Site O Globo publicou em seu Boletim Setor automobilístico pode desacelerar ainda mais em 2016:

O setor não passava por uma crise dessas nos últimos 15, 20 anos. É um momento muito inédito para esse mercado automotivo que cresceu da maneira que cresceu nessa última década. Até as montadoras que conhecem muito bem o seu próprio mercado foisurpreendido pela crise. O setor vai ter que se adaptar com esses números e conseqüentemente vai acabar demitindo mais em 2016.

Alguns economistas avaliam que a partir de 2018 o setor automobilístico retomará o crescimento, o setor faz movimentos calculados, com prazos sempre superiores há cinco anos, sempre avaliando um cenário a longo prazo, exemplo uma fábrica que começará a operar em 2018 já estipulou o planejamento de produtos até, no mínimo, 2023.

A Folha Uol, publicou um Boletim Setor automotivo prevê queda de 19% nas vendas em 2016 no Brasil:

As exportações deverão apresentar uma evolução de 21,5%, chegando a 507 mil veículos embarcados. A expectativa anterior era de alta de 8,5%. Esse ano já verificamos uma melhora no nível dos embarques com a Argentina, devem estimular ainda mais o comércio exterior.

Segundo o site G1, está previsto um recuo de apenas 5,5% em relação a produção de 2016, contudo o índice não foi atingido, em parte pois a empresa Volkswagen do Brasil, ficou paralisada por cerca de 1 mês e meio a disputa com fornecedores. Sem a reação do mercado interno, as empresas se voltaram para o exterior, as vendas de veículos montados para outros países cresceram aproximadamente 24,7% em relação a 2015, com 520 (quinhentos e vinte) mil unidades, deste total, 380 (trezentos e oitenta) mil foram para a Argentina. Para o G1:

O ajuste na produção levou a um corte de funcionários, por meio de desligamentos ou programas de demissão voluntária. As empresas encerraram 2016 empregando diretamente 121 mil pessoas, o que significa que cerca de 9,3 mil vagas foram fechadas durante o ano passado. O número de trabalhadores no final do ano é o menor desde 2007. Além disso, outros 9 mil empregados estão atualmente com algum tipo de restrição na jornada, seja por meio de lay-off (suspensão de contrato) ou Plano de Proteção ao Emprego (PPE), que reduz a carga horária e os salários. Em dezembro, o governo federal sinalizou que o PPE será prorrogado para 2017 - as montadoras haviam pedido que o programa se torna permanente. Megale também apoiou mudanças nas leis trabalhistas. "Vemos também como positivo o encaminhamento de medidas de reforma trabalhista. Para o setor é fundamental a questão do acordado (prevalecer) sobre o legislado. Nós lidamos muito com sindicatos, é

importante termos uma segurança jurídica sobre o que é acordado", defendeu o presidente da Anfavea.

Segundo o site Agência Brasil EBC, informa que as montadoras esperam que o mercado interno se recupere neste ano de 2017. A estimativa da Anfavea, é que as vendas cresçam 4% em relação às 2,05 milhões de unidades comercializadas ao longo do ano de 2016, neste mesmo ano a venda de carros passageiros tiveram uma queda de 16,7% comparado ao ano de 2015.

Como principal cliente da empresa SPB, a Renault do Brasil, teve sua chegada no Brasil em 1995, contudo a fábrica foi inaugurada em 1998, conhecida como complexo Ayrton Senna localizada em São José dos Pinhais/PR.

Segundo o blog BR France (História da Renault do Brasil), a fábrica localizada no sul do Brasil, emprega cerca de 6.500 (seis mil e quinhentos) funcionários e é uma das mais modernas fábricas do território nacional. Em 2013 alcançou uma nova marca, com a produção de 320.000 (trezentos e vinte mil) carros produzidos em um ano. Em 2014 a Renault vendeu mais de 237.000 (duzentos e trinta e sete mil) veículos, alcançando 6,6% de participação no mercado, sendo a quinta maior montadora do Brasil. Tal desempenho fez com que o Brasil se tornasse o segundo maior mercado da Renault, perdendo somente para a França, país sede da montadora. Localizado na região metropolitana de Curitiba, o complexo atualmente abriga três fábricas distintas. A primeira a ser inaugurada foi a de produção de veículos de passeio, que se dedica a montagem de carros Renault, a segunda planta dedica-se a criação de manufatura de motores e a última a ser construída no complexo foi a fábrica destinada aos utilitários, que tem se destacado pela produção do Duster e do novo lançamento da Renault, a picape DusterOroch.

O Blog BR France, ainda relata outras informações, sobre a história da Renault no Brasil:

Querendo inovar novamente e sair à frente dos concorrentes, a Renault lançou em 2008 na cidade São Paulo o Renault Design América Latina, um centro totalmente dedicado ao desenvolvimento

de novos veículos. No estúdio de design da montadora francesa existem 15 especialistas que trabalham em projetos que serão os futuros veículos de amanhã. Entre os sucessos do Renault Design América Latina, estão o SanderoStepwayConcept e o DusterAmericas. Fundado no ano de 2008, o Instituto Renault concentra seus trabalhos em quatro pilares diferentes: educação, segurança, diversidade e mobilidade sustentável. O instituto vem destacando-se no sul do país pelos seus investimentos e seriedade dos trabalhos. O Instituto Renault em parceria com a associação Living Edge oferece treinamentos de capacitação para jovens da comunidade de São José dos Pinhais. Em 2010 o instituto investiu cerca de 1,2 milhão de euros nesta parceria. Outro projeto de destaque é o de inclusão social, realizado em parceria com a associação Unilehu. O instituto oferece cursos de treinamento para pessoas com necessidades especiais para ocupar vagas na fábrica, facilitando a entrada das pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho. A Renault Brasil incentiva e valoriza a cultura e por isso, possui o Teatro Renault, situado na Rua Brigadeiro Luís Antônio, zona sul da capital paulista. A empresa investe em teatros e diversas atrações para o público. A programação e outros detalhes podem ser vistos através do site do Teatro Renault.

A revista Automotive Business, publicou em seu site, em comemoração aos 15 anos da Renault no Brasil, o primeiro modelo a ser fabricado foi o Renault Scénic, no qual inaugurou o segmento das minivans no país, logo seguido do Clio, produzido entre os anos 2000 e 2007, outro carro montado ao longo dos anos, junto ao Scénic, foi o Mégane versão Gran Tour. Hoje em dia, a fábrica localizada no Paraná, é responsável pela montagem dos modelos: Sandero, Logan e Duster.

Nesse período, a Renault investiu o equivalente a R\$ 6 bilhões desde o início das operações, sendo dois os principais ciclos de investimento: o primeiro grande aporte – de US\$ 1,35 bilhão – deu início às atividades da montadora no País, destinado à construção das três plantas distintas que formam o complexo. O segundo grande ciclo de investimento para a fábrica, de US\$ 1,5 bilhão, é o que está em curso, previsto entre 2010 e 2015: um terço deste valor está sendo aplicado em 2013 para a ampliação da capacidade produtiva da linha de montagem de veículos leves, em uma operação que a própria montadora denominou fábrica dentro da fábrica: paralisada entre 8 de dezembro de 2012 até 7 de fevereiro deste ano, a unidade passou por uma reformulação completa, que ampliou sua capacidade de 280 mil para 380 mil veículos leves por ano em três turnos ou de 47 para 60 carros por hora (um por minuto). Quando foi inaugurada, há 15 anos, a fábrica brasileira nasceu com capacidade para produzir 20 carros por hora.

Desde que o primeiro modelo Scénic saiu de linha de montagem, a montadora Renault, efetuou 127 lançamentos, chegou à quinta posição no ranking entre as maiores montadoras da história do País, apesar de ter perdido

o posto para a Hyundai no ultimo ano, contudo, ainda mantém 7% de participação média de mercado nos últimos cinco meses. Conclui o site Automotive Business.

“Hoje a Renault é uma empresa brasileira, nossos produtos são referência em seus segmentos, geramos oportunidades de emprego e renda e contribuimos com a evolução da sociedade, o que nos orgulha muito”, comemora Olivier Murguet, presidente da Renault no Brasil. A estratégia da empresa está baseada em três pilares: na ampliação da rede de concessionárias, expansão e renovação da linha de produtos e aumento da capacidade instalada. A rede de concessionárias ganhou 100 novas lojas nos últimos 3 anos. Em 2013 deve encerrar com 40 novas revendas, 17% a mais do que em 2012, para 275 unidades, que cobrem 83% do território nacional, informa a montadora.

## 2.2 IMPORTAÇÃO E TRIBUTOS APLICADOS

Segundo o Código Tributário Nacional, Art3: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. ”

Os Processos de Importação incidem alguns impostos, como: ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI (Imposto sobre Produto Industrializado), PIS Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, COFINS Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, II (Imposto de Importação), e Taxa Siscomex.

### 2.2.1 Imposto de Importação

Segundo o DECRETO-LEI Nº 2.472, DE 1º DE SETEMBRO DE 1988. Dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providencias:

Art. 1º - O imposto de importação incide sobre a mercadoria estrangeira e tem como fato gerador sua entrada em Território Nacional. § 2º Para efeito de ocorrência do fato gerador, considerar-se-á entrada no Território Nacional a mercadoria que constar como tendo sido importada e cuja falta venha a ser apurada pela autoridade aduaneira.

Em relação a Base de Cálculo do Imposto de Importação, DECRETO-LEI Nº 2.472, DE 1º DE SETEMBRO DE 1988, Capítulo II:

Art.2º - A base de cálculo do imposto é: I - quando a alíquota for específica, a quantidade de mercadoria, expressa na unidade de medida indicada na tarifa.II - Quando a alíquota for "ad valorem", o valor

aduaneiro apurado segundo as normas do art.7º do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT.

A alíquota do Imposto de Importação varia conforme a Tabela TEC – Tarifa Externa Comum, no qual determina a alíquota através da NCM (Nomenclatura do item).

Exemplo:

Tabela 1.

Totais	Item	Moeda	Vir USD/EUR	TAXA	Vir em R\$
Valor mercadoria	1	EUR	21.230,00	3,3886	71.939,98
Valor mercadoria	2	EUR	0,00	0,0000	-
Valor mercadoria	3	EUR	0,00	0,0000	-
Valor mercadoria	4	EUR	0,00	0,0000	-
<b>Total Mercadoria</b>			<b>21.230,00</b>		<b>71.939,98</b>
Frete	EUR	EUR	1.470,00	3,3886	4.981,24
Seguro	USD	USD	71,07	3,2129	228,34
Outras Despesas	BRL	BRL	814,00	1,0000	814,00
<b>Total Outras Despesas</b>					<b>6.023,58</b>
Valor Aduaneiro Item 1					77.963,56
Valor Aduaneiro Item 2					-
Valor Aduaneiro Item 3					-
Valor Aduaneiro Item 4					-
<b>Valor Aduaneiro</b>					<b>77.963,56</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Na Tabela 1. Pode se analisar o cálculo do Importo de Importação.

Para Base de Cálculo do Imposto de Importação, basta utilizar o valor Aduaneiro (77.963,56), aplicando a Taxa do Imposto, (neste exemplo 14%).II =  $77.963,56 \times 14\% = 10.914,90$ .

### 2.2.2 Imposto Sobre Produto Industrializado

O Imposto sobre produtos industrializados (IPI), incide sobre produtos industrializados naturais e estrangeiros. Segundo o DECRETO Nº 7.212, DE 15 DE JUNHO DE 2010, Art 2º: “O imposto incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros, obedecidas as especificações constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI (Lei no 4.502, de 30 de novembro de 1964, art. 1o, e Decreto-Lei no 34, de 18 de novembro de 1966, art. 1o).”

O Art 9º do DECRETO Nº 7.212, DE 15 DE JUNHO DE 2010, dispõe informações sobre estabelecimento Industrial:

Art. 9: Equiparam-se a estabelecimento industrial:I - os estabelecimentos importadores de produtos de procedência estrangeira, que derem saída a esses produtos (Lei no 4.502, de 1964, art. 4o, inciso I); II - os estabelecimentos, ainda que varejistas, que receberem, para

comercialização, diretamente da repartição que os liberou, produtos importados por outro estabelecimento da mesma firma.

Como já explicitado, o artigo 46 do Código Tributário Nacional estabelece em seu inciso primeiro, como um dos fatos geradores do IPI o desembaraço aduaneiro, quando os produtos industrializados forem de procedência estrangeira. Por sua vez o artigo 51, I do CTN determina que o importador ou quem a lei a ele equiparar será contribuinte de IPI, nos casos de importação de produtos industrializados.

Para ocorrer a incidência de IPI na importação, é necessário que o produto importado tenha passado por um processo de industrialização e a saída desse produto do estabelecimento comercial mediante um negócio jurídico.

Na importação a Base de Cálculo do IPI é o somatório do valor aduaneiro, e o valor do Imposto de Importação, conforme figura 2:

Tabela 2:

Impostos	Alíquota	Base de Cálculo	Vlr Imposto	Crédito	Custo
II	14%	77.963,56	10.914,90	0,00	10.914,90
IPI	5%	88.878,46	4.443,92	4.443,92	0,00

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

A tabela 2 mostra como chegar a Base de Cálculo do Imposto de Importação.

### 2.2.3 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Sua regulamentação constitucional está prevista na Lei Complementar 87/1996 (a chamada “Lei Kandir”), alterada posteriormente pelas Leis Complementares 92/97, 99/99 e 102/2000.

Segundo o Portal Tributário, o ICMS incide sobre: (i) – operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares; (ii) – prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores; (iii) – prestações

onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza; (iv) – fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios; (v) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual. (vi) a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento; (vii) – o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior; (viii) – a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.

Em relação ao ICMS no processo de importação, a alíquota varia conforme a vigência do Estado em que o desembaraço aduaneiro é realizado. A alíquota do ICMS devida na importação será sempre a interna, pois a importação se considera uma operação interna, nunca interestadual, mesmo que o bem seja importado por outro Estado. Após ser incidente a alíquota do ICMS na importação, alíquota interna, é possível que o importador, entendido como industrial ou fabricante, realize venda para outro Estado do País. Nessa relação, incidirá a alíquota interestadual de ICMS, atualmente variada entre 7% e 12%, se o destinatário for contribuinte do imposto. Acaso o destinatário não seja contribuinte do imposto, aplicar-se-á alíquota interna na origem, comumente a de 18%. Como exemplo, pode se utilizar a Figura 3:

Tabela3:

Impostos	Aliquota	Base de Cálculo	Vlr Imposto	Crédito	Custo
II	14%	77.963,56	10.914,90	0,00	10.914,90
IPi	5%	88.878,46	0,00	0,00	0,00
ICMS	12%	127.033,66	15.244,04	15.244,04	0,00

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

## 2.2.4 PIS Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e COFINS Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

Segundo a LEI 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004, dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências:

Art. 1º Ficam instituídas a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/PASEP-Importação e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - COFINS-Importação, com base nos arts. 149, § 2º, inciso II, e 195, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no seu art. 195, § 6º.

Os Serviços tributáveis são provenientes do exterior prestados por pessoa física ou jurídica que reside ou domicilia no exterior, quando são executados no País, ou executados no exterior.

A Base de Cálculo do Pis e da Cofins nas importações, resumem se ao valor Aduaneiro, aplicado a suas alíquotas. Contudo, as alíquotas são definidas através do NCM (Nomenclatura e descrição do item).

Tabela4.

<b>COFINS</b>	9,65%	77.963,56	<b>7.523,48</b>	7.523,48	0,00
<b>PIS</b>	2,10%	77.963,56	<b>1.637,23</b>	1.637,23	0,00

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

## 2.2.5 Taxa Siscomex

Segundo a MEDIDA PROVISÓRIA No 1.725, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998, no que diz respeito a Taxa Siscomex:

Art. 3º Fica instituída a Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, administrada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. § 1º A taxa a que se refere este artigo será devida no Registro da Declaração de Importação, à razão de: I - R\$ 30,00 (trinta reais) por Declaração de Importação; II - R\$ 10,00 (dez reais) para cada adição de mercadorias à Declaração de Importação, observado limite fixado pela Secretaria da Receita Federal.

Para Simular o tratamento tributário e administrativo de uma importação é necessário informar, a classificação fiscal da mercadoria, o valor aduaneiro estimado da mercadoria, a alíquota do ICMS incidente sobre a importação.

Os impostos de importação, não serão iguais para todas as empresas, estes serão modificados, conforme o local em que a empresa está localizada, conforme a nomenclatura e classificação dos itens a serem importados, e dos benefícios que a empresa pode possuir junto ao governo.

Um exemplo de Cálculo dos Impostos aplicados no Processo de Importação:

Tabela5.

Impostos	Aliquota	Base de Cálculo	Vlr Imposto	Crédito	Custo
II	14%	77.963,56	10.914,90	0,00	10.914,90
IPI	5%	88.878,46	0,00	0,00	0,00
ICMS	12%	127.033,66	15.244,04	15.244,04	0,00
ICMS Presumido (negativo)	6%	127.033,66	7.622,02	7.622,02	-7.622,02
COFINS	9,65%	77.963,56	<b>7.523,48</b>	7.523,48	0,00
PIS	2,10%	77.963,56	<b>1.637,23</b>	1.637,23	0,00
Taxa Siscomex	0%	0,00	<b>214,50</b>	0,00	214,50
<b>Total dos Impostos</b>			<b>43.156,17</b>	<b>32.026,77</b>	<b>3.507,38</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

### 2.3 LOCALIDADE PARA REALIZAR O DESEMBARAÇO

Para realizar o desembaraço do processo de importação, é necessário que a organização conheça o Estado em que está localizada e seus benefícios para que este procedimento possa ser realizado.

Tratando se da empresa SPB localizada no Estado do Paraná, segundo o Decreto Nº6.891/12, tratam dos benefícios na importação de bens ou mercadorias por meio dos portos de Paranaguá e Antonina e de aeroportos paranaenses, em face da regulamentação da Resolução do Senado Federal nº 13/2012. As empresas localizadas no Paraná possuem alguns benefícios de uma porcentagem de crédito presumido de ICMS, além de possuir imunidade em relação a tal imposto. Ou seja, a organização não efetua o pagamento do ICMS, e possui o direito de creditar um percentual em conta gráfica.

Caso a organização esteja localizada no Paraná, e realizar o desembaraço por São Paulo, a mesma deverá pagar o ICMS conforme a legislação vigente no Estado de desembaraço.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto ao objetivo, a pesquisa se caracteriza como descritiva e explicativa, segundo Beuren (2003), consiste em descrever características de determinada população, e contribuem para a ocorrência para identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

As pesquisas explicativas podem ser consideradas como ciências naturais, do método experimental. Para Andrade (2002, p.20):

“a pesquisa explicativa é um tipo de pesquisa mais complexa, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar, seus fatores determinantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas e por esse motivo está mais sujeita a erros”.

Realizando um comparativo com as pesquisas exploratórias e descritivas, a pesquisa explicativa aplica estudos mais aprofundados pela necessidade de explicar os determinantes na ocorrência dos fenômenos.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de uma determinada população ou fenômeno, ou até mesmo estabelecer relações entre as variáveis. Tem como principal característica a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Segundo Bauren (2003, p.81):

“interfere-se do exposto que a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.”

Em relação aos procedimentos, segundo Beuren (2003), os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados. Contudo, para realização da pesquisa, foram levantados dados históricos, e uma pesquisa documental, para se realizar a análise sobre o processo de importação.

Quanto a abordagem do problema, a pesquisa pode ser considerada qualitativa, para Beuren (2003), na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado, ou seja, a análise qualitativa destaca as características não observadas por meio de um estudo quantitativo.

A pesquisa executada trata-se de um estudo de caso, no qual possibilitará auxiliar o gestor da organização na tomada de decisão.

A pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se como principal aspecto o estudo concentrado de um caso único, é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre um determinado caso específico. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) mostram que o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista em aprender a totalidade de uma situação. Os detalhes das informações com mais detalhes pode auxiliar um maior conhecimento e em uma possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Segundo a Revista Univap, em seu artigo Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas relata que o termo triangulação pode ser utilizado em três dimensões diferenciadas, dependendo do contexto no qual é empregado, comportando divergências, conceituais que podem levar a equívocos na sua interpretação e compreensão.

Segundo Minayo (2010), em uma primeira dimensão Triangulação, é utilizada para avaliação aplicada a programas, projetos, disciplinas, enfim. No processo avaliativo, sua conceituação torna-se abrangente e complexa, abrangendo diferentes variáveis, dentre elas, a necessidade de se ter presente avaliadores externos, além dos internos, e que, preferencialmente, sejam de formações distintas, possibilitando “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29); a realização de pesquisas quantitativas e qualitativas; a análise do “contexto, da história, das relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação” (MINAYO, 2010, pp. 28-29).

No que tange a coleta de dados para a realização desta pesquisa, inclui-se em fatos históricos da organização, e entrevistas com pessoas-chaves, no qual não podem ser citados.

A partir do entendimento dessas três dimensões, salienta-se que, no estudo em que a Triangulação é utilizada para análise qualitativa das informações coletadas, o processo interpretativo deve ser realizado,

primeiramente, mediante “uma valorização fenomênica e técnica dos dados primários, em si mesmos e à exaustão”. E, posteriormente, num segundo movimento analítico, as informações devem ser “contextualizadas, criticadas, comparadas e trianguladas” (GOMES et al., 2010, p. 185).

A organização do primeiro processo interpretativo, qual seja, valorização fenomênica e técnica das informações coletadas devem ocorrer mediante três etapas: primeiro - preparação e reunião dos dados; segundo - avaliação de sua qualidade; e terceiro - elaboração de categorias de análise. Na primeira etapa, devem-se transcrever os dados qualitativos levantados. Aqui, é necessário dedicar atenção, em caso de narrativa de pessoas, à entonação da voz, silêncios, ênfase em palavras ou expressões, dentre outras observações compreendidas como importantes.

À medida que são lidas as transcrições, deve-se realizar as marcações daquilo que se considera relevante na narrativa ou nos dados qualitativos levantados, tendo em conta os eixos estruturadores da pesquisa, seguidos de edição das narrativas ou dos dados coletados e a análise propriamente dita. Na segunda etapa, deve-se realizar a avaliação dos dados primários coletados, sendo essa fase considerada como uma pré-análise. Os objetivos do estudo devem ser retomados, neste momento, e, após, dar-se início à discussão das categorias anteriormente estabelecidas. Na terceira etapa, as narrativas ou dados coletados devem ser trabalhados no sentido de refletir, contextualizar, exemplificar e elucidar as diversas dimensões do estudo que se queira realizar. E, por fim, os dados qualitativos devem ser tratados ainda no sentido de conferir sustentáculos para as conclusões.

Gil (1999, p. 73) mostra algumas informações sobre estudo de caso:

“O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e executivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

## 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Estudo de Caso- Descritivo da Empresa:

A pesquisa realizada trata-se de estudo de caso, utilizando como base a empresa SPB. Os dados apresentados foram coletados de fatos históricos da organização, convivência, site, e entrevistas com pessoas chaves, contudo não podem ser diretamente divulgados.

A Organização SPB é conhecida por realizar injeção de plásticos. O Grupo SPB teve início nos anos de 1959, com a criação da divisão de aços, no qual se dedica a fabricação de moldes de injeção para as indústrias de plásticos. Através de seu percurso evolutivo, foi criada em 1980 a primeira unidade exclusivamente dedicada à injeção de peças em plásticos, atualmente a divisão de aços é constituída por 7 fábricas, sendo duas localizadas no Brasil totalizando 9000 funcionários.

A primeira fábrica da divisão de Plásticos, foi fundada em 1980 em Portugal (Oliveira dos Azemeis), na sequência, mais duas fabricas foram fundadas na mesma região, em 1998 o grupo teve o grupo iniciou suas atividades no Brasil (Caçapava), e na França (Onnaing), no Paraná, o grupo SPB teve início das atividades em 1999 (São José dos Pinhais), em 2004 na Polônia (JelckLaskowice), e em 2015 na República Checa (Kvasiny). A SPB é um dos poucos grupos com capacidade para suportar e produzir para os principais OEMs como Renault, Volvo, VW, Audi, Nissan, Toyota, Porsche, Honda, Mercedes, GM, Mitsubishi, Bébéconfort e AmtrolAlfa.

Alguns Fatores para o sucesso: inovação- desenvolvimento de produto – conhecimento do molde – produto “médio/grande”; flexível; siga o cliente; processo e industrialização; conhecimento do molde de injeção.

Principais fatores de competitividade: custo (aplicação/oferta); flexibilidade; presença global; inovação (envolvimento com os clientes); velocidade (peso/tamanho); desempenho.

Equipes de melhoria:

- Redução de estoque
- Economia de custos

- Eficiência
- Redução interna de PPM 50% / ano

Processos Chave:

- Lançamento do projeto
- Fabricação
- Logística
- Melhoria contínua
- Aquisição
- Criação

Comunicação com o cliente: Reuniões regulares com os principais clientes para analisar o projeto e desempenho de vida em série, entrega e custo.

A capacidade instalada permite conceber e desenvolver qualquer tipo de peças plásticas, o molde, e a produção em série, principalmente para o setor automotivo, mas também para setores como eletrodomésticos, embalagens e jardim. As tecnologias que dominam vão desde a injeção tradicional, passando pela injeção com gás, Bi-injeção, injeção de Baixa pressão sobre tecido e outros materiais, e a injeção Híbrida.

A Empresa possui como missão ser a escolha e preferencial de nossos clientes, funcionários e fornecedores, contribuindo para um crescimento sustentável e satisfação de nossos acionistas.

Alguns dos valores estão relacionados com cumprir os compromissos, e confiar uns nos outros.

Faz parte da cultura da SPB estimular a participação e o envolvimento de todos os colaboradores para atingir os objetivos da organização, motivando os funcionários no sentido de participar ajudando a desenvolver os objetivos individuais e os objetivos da organização. A empresa possui como meta, que as pessoas fazem diferença para o crescimento.

Em um grupo líder de mercado, a cultura humana que se desenvolve ao longo dos anos, permite desenvolver um perfil estabelecido em uma cultura única onde as pessoas se identificam com os valores da organização:

Ser capaz de confiar nos outros; ser capaz de honrar seus compromissos; ser excelente; ser inovador; para ser honesto; ter capacidade de desenvolvimento pessoal e profissional; ser um verdadeiro líder ou um candidato a ser assim; ser capaz de se adaptar à mudança; ser flexível e versátil.

Através do objetivo de dotar os colaboradores de capacidades, conhecimentos, práticas e habilidades para o desempenho de sua posição, a SPB busca investir fortemente em treinamento. Para os colaboradores são dadas oportunidades de realizar uma formação inicial através da elaboração de um plano de treinamento de recepção e integração de acordo com cada posição. Ao longo da carreira profissional, o colaborador pode possuir progresso profissional, reconversão profissional, reciclagem profissional, promoção profissional.

A formação na SPB continuará a ser uma prioridade, pois só é possível atingir altos níveis de desempenho e os colaboradores tiverem qualificação, habilidades, conhecimentos e capacidades adequadas. A Simoldes continuará a mobilizar todos os seus colaboradores para a formação contínua e para a obtenção de conhecimentos e capacidades para seu desenvolvimento pessoal e profissional, oferecendo-lhes oportunidades de formação interna e externa.

A SPB com a sua história de sucesso e com um rápido crescimento no mercado reflete um forte poder de atração e retenção de pessoal e jovens de alto potencial. Esta situação de empresa atraente e preferencial permitiu responder ao desafio de captação e retenção de recursos humanos que são necessários à ampliação de suas atividades. A SPB dá conselhos aos seus colaboradores para que eles possam gerenciar sua carreira profissional convenientemente: Ser responsável por sua própria carreira; Melhorar as suas capacidades pessoais; Aprender a comunicar melhor; Adaptar-se às mudanças; Ser flexível e versátil; Apostar em novas tecnologias; Atualizar o conhecimento; Conhecer profundamente a cultura da empresa; Investir mais

em si mesmo. SPB pretende obter a colaboração dos melhores profissionais e dos alunos mais promissores.

É objetivo de a organização consolidar a permanência a longo prazo no mercado, e considerar que a Qualidade e o Meio Ambiente são a garantia essencial pra que ocorra esse processo. Segundo o fundador da empresa: “Estamos conscientes de que, para passar a futuras gerações um ambiente melhor e mais limpo, devemos nos esforçar para preservá-lo e protegê-lo, trabalhando minimizando os impactos ambientais de nossas atividades.” Antonio da Silva Rodriguez.

Para a empresa cumprir com os princípios, deve seguir alguns propósitos:

- Definir a proteção do ambiente como uma importante responsabilidade de gestão, assegurando que é realizada através da fixação de metas e metas para toda a organização;
- Distinguir pela excelência dos serviços prestados no campo de atuação, atendendo às exigências dos clientes e, dessa forma, aumentando a melhoria contínua e os resultados financeiros;
- Assegurar o aperfeiçoamento contínuo da eficiência e eficácia do sistema integrado de gestão e, assim, dar os recursos necessários;
- O Objetivo final da organização, é atingir o termo “Zero Defeitos”, minimizando os impactos ambientais decorrentes das atividades, produtos e serviços. Orientar esforços maior efeito e compatibilidade ambiental e, conseqüentemente, prevenir a poluição do ambiente;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e contratuais aplicáveis;
- Assegurar a disseminação da política para todos os funcionários e partes interessadas;
- Valorizar a formação contínua dos trabalhadores, reforçar o desenvolvimento de competências e sensibilizar para as responsabilidade individuais e coletivas na proteção do ambiente;

- Aplicar eficazmente o sistema de gestão e o processo de melhoria contínua, que permite a definição e atualização dos objetivos, cuja evolução será monitorada periodicamente;
- O compromisso de melhoria contínua resultará em maior satisfação dos clientes, funcionários, e partes interessadas.

#### 4.1.2 Produtos

Os Principais produtos são divididos em duas partes: Interiores e Exteriores.

Os interiores são compostos por:

- SeatsComponents (Componentes de Assentos);
- Trims (Guarnições);
- RoofComponents (Componentes de cobertura);
- Gear Lever (Alavanca de Velocidades);
- Pedal (Pedal);
- TrunkComponents (Tronco Componentes);
- DoorPanelsandComponents (Painéis de Porta e Componentes);
- Floor Console (Console de Chão);
- DashboardComponents (Componentes do painel de controle)

Figura 1.



Fonte: Site SPB.

Os Exteriores são compostos por:

- Roof Bar Support (Suporte da Barra)
- CowlVentGrille (Grade do Capuz)
- RadiatorGrille (Grade do Radiador)
- BumperComponents (Componentes do Pára-choque)
- BumperGrille (Grade do Pará-choque)
- Under Covers (Cobertura)
- FLAP (FLAP)
- RockerPanel (Painel de Balancim)
- SideProtector (Protetor Lateral)
- Inner Fender (Pará-lamasinterno)
- DoorSash (Fecho da Porta)
- CableGuide (Guia do Cabo)
- Engine Cover (Tampa do Motor)
- Convergent (Convergente)
- Front End (Parte Dianteira)

Figura 2:



Fonte. Site SPB.

Algumas Tecnologias aplicadas na empresa SPB: Injeção direta, Bi-Injeção, Um tiro Injeção de gás de baixa pressão, Injeção, Híbrida, Injeção de compressão, Poly Press, Woodstock. Em relação aos acabamentos: soldagem (laser/ vibração/ Ultra-Sônico/ Placa Quente). Corte (Laser/ Perfuração/ Ultra-Sônico). Assemblies (Clipping/ Grampeamento). Acabamento: IMD, IIML, Pintura Macia, Corpo, Tampo Impressão.

Para criação do produto, é aplicada uma ferramenta de gestão e suporte para o desenvolvimento do projeto, um sistema de projetos Plásticos. Através deste processo é possível e garantido o envolvimento precoce com o cliente e fornecedores, para melhoras alguns aspectos:

- Velocidade do total do Projeto;
- Redução dos custos iniciais;
- Soluções globais;
- FMEA e Uso de lições aprendidas- Conceito de Verificação de erros (Poka-Yoke);
- Redução contínua de custos e melhoria da qualidade.

Alguns exemplos de projetos:

- MouldCorkAutomotive - Desenvolvimento de um novo composto combinando cortiça para produzir uma peça de cobertura do motor.
- PlascorkAutomotive - Desenvolvimento de projetos para buscar soluções sustentáveis, ecológicas, técnicas e estéticas para interiores de veículos.
- Lightfillers - Desenvolvimento de Partículas de Densidade de Luz para aplicação em termoplásticos para uso em peças de moldagem por injeção, para redução de peso.
- Mucell (Componentes de peso leve para automóveis com sistema Mucell para peças visíveis) - Produção de componentes visíveis leves utilizando o sistema Mucell para redução de peso.
- Materiais Verdes - Novos compósitos usando Miscanthus, juta, partículas de madeira e fibras de celulose, biomateriais para peças de moldagem por injeção para reduzir a emissão de CO<sub>2</sub>.

- ITechinovcar - Desenvolvimento de sistemas totalmente integrados de iluminação e sensor-atuador diretamente em / para peças moldadas por injeção para interiores automotivos.
- TPO - Otimização do processo VaccumForming para melhorar um produto de toque suave com excelente propriedade estética.
- OneShot - Injeção local de um revestimento ou cobertura durante o mesmo ciclo, sem processos de montagem ou acabamento.
- Módulo de Assento - Desenvolvimento de um módulo de assento, incorporando soluções inovadoras: estrutura de plástico-metal, assento-almofada em composto de cortiça.
- JOSPEL - O objetivo do projeto JOSPEL é o desenvolvimento de um novo sistema climático de eficiência energética para a otimização da gestão do controle de temperatura interior em veículos elétricos. O projeto JOSPEL é composto por 14 parceiros de projeto de nove países da União Européia.

#### 4.2 Definição e Classificação do Material Importado

Para realizar a pesquisa com a empresa SPB, há um objetivo, como demonstrar os benefícios para a compra de matéria-prima, na empresa Simoldes Plásticos Brasil, e outros objetivos específicos para serem aplicados, tais como:

- i. Definir e classificar corretamente a matéria-prima importada;

A classificação do produto se dá através da NCM “Nomenclatura Comum do Mercosul” e trata-se de um código de oito dígitos, estabelecido pelo Governo Brasileiro para identificar a natureza das mercadorias e promover o desenvolvimento do comércio internacional, além de facilitar a coleta e análise das estatísticas do comércio exterior. Toda mercadoria, importada ou comprada no Brasil, devem ter um código NCM em sua documentação legal (nota fiscal, livros legais, etc.), o objetivo principal é classificar os itens de acordo com regulamentos do Mercosul.

A NCM teve início em Janeiro de 1995 pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e tem como base fundamental o SH – Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias. Trata-se de um sistema

internacional de classificação de mercadorias no qual contem uma estrutura de códigos com a descrição de características específicas dos produtos, como por exemplo, origem do produto, materiais que o compõe e sua aplicação.

Dos oito dígitos que compõem a NCM, os seis primeiros são classificações do SH. Os dois últimos dígitos fazem parte das especificações próprias do Mercosul. A composição dos dígitos da NCM são detalhadas na imagem abaixo:

Figura 3:



Fonte: Classificação NCM.

Para se efetuar o desembaraço aduaneiro, a empresa necessita conhecer toda a classificação do produto, e sua descrição, pois esta informação constará na DI (Declaração de Importação), em relação a matéria-prima importada adquirida pela empresa SPB, trata-se de copolímeros de propileno cuja classificação fiscal se dá 39023000 polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas.

Através da Sigla NCM que estão classificados os impostos a serem aplicados ao processo de importação.

Sendo:

- II (Imposto de Importação): 14%;
- IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) 5%;
- PIS: 2,10%;
- COFINS: 9,65%.

#### 4.3 Descrição dos tributos Aplicados ao produto, e análise dos benefícios

Em um processo de importação, a carga tributária, acaba sendo maior que os tributos aplicados nacionalmente, ou seja, inclui-se os seguintes impostos: II (imposto de Importação alíquota 14%), IPI (Imposto sobre Produto

Industrializado alíquota de 5% ), PIS (alíquota de 2,10%), COFINS (alíquota de 9,65%), e o ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, alíquota 18%).

Em relação ao estudo de caso com a empresa SPB, existem alguns benefícios fiscais de incentivo para realizar importação, sendo eles:

- Suspensão de IPI, conforme a instrução normativa 948/09, Art. 6º.

Serão desembaraçados com suspensão de IPI as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem importados diretamente pelo estabelecimento industrial fabricante. Neste caso, não se aplica a alíquota do IPI, porém o valor deste encontra-se incluso na Base de Cálculo do ICMS.

- Suspensão de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), conforme Art. 615 Inciso 1 do RICMS/PR – Decreto 6.080/2012.

Concedida ao estabelecimento Industrial que realizar o desembarço aduaneiro por meio dos portos de Paranaguá e Antonina, e aeroportos paranaenses, têm o direito à suspensão do pagamento do imposto devido nesta operação, quando o produto for matéria-prima, material intermediário ou secundário, para ser utilizado no processo produtivo.

No ano de 2017, a partir de Março houve uma alteração em relação ao benefício do ICMS, o Estado do Paraná alterou por meio do Decreto nº 6.891, de 28/12/12, os artigos 615 a 618, 621 a 622 do RICMS/PR, que tratam dos benefícios na importação de bens ou mercadorias por meio dos Portos de Antonina, Paranaguá, e de aeroportos paranaenses, em face da regulamentação da Resolução do Senado Federal nº13/2012, Importação para Industrialização:

“Alteração do percentual de crédito presumido (Art. 615, § 1º): Reduziu o crédito presumido para 66,66% do valor do imposto devido, até o limite máximo de 8% sobre o valor da base de cálculo da importação, resultando em carga tributária mínima de 4%. Obrigatoriedade de estorno total do crédito presumido (Art. 616): Determinou que o crédito presumido acima (8%) seja totalmente estornado da escrita fiscal, se a posterior saída interestadual do produto industrializado for tributada a 4%, independentemente de expressa previsão para manutenção do crédito”.

4.4 Efetuar o estudo de caso com a empresa SPB e analisar o custo da matéria-prima importada.

Auxiliar os gestores, na importância do entendimento sobre processo de importação, e mostrar o quando pode economizar com matéria-prima. Como estudo de caso será apresentado três exemplos de aquisição de matéria-prima, com taxas de conversão diferenciadas.

Para melhor análise, os dados serão apresentados em forma de exemplos:

#### 4.4.1 Exemplo 1:

Iniciando o Estudo de caso, para demonstração dos benefícios de se importar matéria-prima, com os seguintes dados de aquisição em 17/02/2016:

- Aquisição de 22000 kg de MP;
- Valor total EUR 21.230,00;
- Taxa EUR 4,4842
- Taxa USD 4,0318
- Classificação do Item: 39023000 polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas.
- Imposto de Importação 14%;
- Imposto sobre Produto Industrializado 5% (Suspensão);
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias: 6% crédito presumido (até fevereiro de 2017);
- Cofins 9,65%;
- PIS 2,10%.
- AFRRM: 1.470,01
- Outras despesas R\$ 814,00
- Seguro USD 71,07.

Tabela 6:

Totais	Item	Moeda	Vir USD/EUR	TAXA	Vir em R\$
Valor mercadoria	1	EUR	21.230,00	4,4842	95.199,57
Valor mercadoria	2	EUR	0,00	0,0000	-
Valor mercadoria	3	EUR	0,00	0,0000	-
Valor mercadoria	4	EUR	0,00	0,0000	-
<b>Total Mercadoria</b>			<b>21.230,00</b>		<b>95.199,57</b>
Frete	EUR	EUR	1.470,00	4,4842	6.591,77
Seguro	USD	USD	71,07	4,0318	286,54
Outras Despesas	BRL	BRL	814,00	1,0000	814,00
<b>Total Outras Despesas</b>					<b>7.692,31</b>
Valor Aduaneiro Item 1					102.891,88
Valor Aduaneiro Item 2					-
Valor Aduaneiro Item 3					-
Valor Aduaneiro Item 4					-
<b>Valor Aduaneiro</b>					<b>102.891,88</b>
<b>Página 1</b>					
Desp. Aduan para incluir na Base do ICMS	1.470,01				
Impostos	Alíquota	Base de Cálculo	Vir Imposto	Crédito	Custo
II	14%	102.891,88	14.404,86	0,00	14.404,86
IPI	5%	117.296,74	5.864,84	5.864,84	0,00
ICMS	0%	166.994,99	0,00	0,00	0,00
ICMS Presumido (negativo)	6%	166.994,99	10.019,70	10.019,70	-10.019,70
COFINS	9,65%	102.891,88	9.929,07	9.929,07	0,00
PIS	2,10%	102.891,88	2.160,73	2.160,73	0,00
Taxa Siscomex	0%	0,00	214,50	0,00	214,50
<b>Total dos Impostos</b>			<b>42.593,70</b>	<b>27.974,34</b>	<b>4.599,66</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Na Tabela 6, foram apresentados os dados iniciais para cálculo, e emissão da Nota Fiscal de Importação, nestes dados estão disponíveis o valor da mercadoria (encontrada na fatura), EUR 21.230,00 (vinte e um mil, duzentos e trinta euros), com a taxa de R\$ 4, 4842 (quatro reais e quarenta e oito centavos), totalizando o valor da mercadoria R\$ 95.199,57 (noventa e cinco mil, cento e noventa e nove reais, e cinquenta e sete centavos).

Além deste valor, inclui-se o Frete, seguro, e outras despesas aduaneiras, totalizando o CIF de R\$ 102.891,88 (cento e dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos). O valor do CIF se torna base de cálculo para: Imposto de Importação, com alíquota de 14%, PIS com alíquota de 2,10% e COFINS com alíquota de 9,65%. Para a Base de Cálculo do ICMS presumido, constitui-se o valor do CIF, Imposto de Importação, Imposto sobre produto Industrializado, PIS, COFINS, Despesas aduaneiras, e a Taxa Siscomex.

O Custo da aquisição da matéria prima:

Tabela 7:

Custo total do Item				
Item	Descrição	Quantidade	Custo total	Custo Unitário
1100017	EXXTRAL CNU011	22.000	107.491,54	4,8860
		0	0,00	0,0000
		0	0,00	0,0000
		0	0,00	0,0000
		<b>22.000</b>	<b>107.491,54</b>	

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Após o cálculo, apresenta-se o custo da matéria-prima adquirida, no valor total de R\$ 107.491,54 (cento e sete mil quatrocentos e noventa e um reais, e cinquenta e quatro centavos). Em resumo, os valores encontrados:

VLR ADUANEIRO -	R\$	102.891,88
TAXA SISCOMEX -	R\$	214,50
IMPOSTO IMPORTAÇÃO -	R\$	14.404,86
BASE IPI -	R\$	117.296,74
IPI (ALÍQUOTA 5%)-	R\$	5.864,84
BASE PIS/COFINS -	R\$	102.891,88
PIS (ALÍQUOTA 2,10%) -	R\$	2.160,73
COFINS (ALÍQUOTA 9,65%) -	R\$	9.929,07
BASE ICMS -	R\$	166.994,99

Na Aquisição de Matéria-Prima de um fornecedor nacional, serão calculados da seguinte forma:

Tabela 8:

Quantidade	Vlr Unit	Valor total
22000	7,60	167.200,00

Imposto	Alíquota	Valor
IPI	-	0
ICMS	12%	20.064,00
PIS	1,65%	2.758,80
COFINS	7,60%	12.707,20

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Custo da matéria-prima nacional:

**Custo 131.670,00**

Através do exemplo 1, pode se analisar que a aquisição de matéria-prima importada, por mais de obter vários impostos, e um grande processo burocrático, acaba sendo mais viável para a organização, resultando em uma redução de custos de aproximadamente R\$ 24.178,46.

## 4.4.2 Exemplo 2:

Para o segundo exemplo, a aquisição de matéria-prima importada, será utilizada os seguintes dados do dia 07/06/2016:

- Aquisição de 22000 kg de MP;
- Valor total EUR 21.230,00;
- Taxa EUR 3,9436
- Taxa USD 3,4745
- Classificação do Item: 39023000 polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas.
- Imposto de Importação 14%;
- Imposto sobre Produto Industrializado 5% (Suspensão);
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias: 6% crédito presumido (até fevereiro de 2017);
- Cofins 9,65%;
- PIS 2,10%.
- AFRRM: 1.217,15
- Outras despesas R\$ 814,00
- Seguro USD 63,08.

Tabela 9:

Totais	Item	Moeda	Vir USD/EUR	TAXA	Vir em R\$
Valor mercadoria	1	EUR	21.230,00	3,9436	83.722,63
Valor mercadoria	2	EUR	0,00	0,0000	-
Valor mercadoria	3	EUR	0,00	0,0000	-
Valor mercadoria	4	EUR	0,00	0,0000	-
<b>Total Mercadoria</b>			<b>21.230,00</b>		<b>83.722,63</b>
Frete	EUR	EUR	1.217,15	3,9436	4.799,95
Seguro	USD	USD	63,08	3,4745	219,17
Outras Despesas	BRL	BRL	814,00	1,0000	814,00
<b>Total Outras Despesas</b>					<b>5.833,12</b>
Valor Aduaneiro Item 1					89.555,75
Valor Aduaneiro Item 2					-
Valor Aduaneiro Item 3					-
Valor Aduaneiro Item 4					-
<b>Valor Aduaneiro</b>					<b>89.555,75</b>
<b>Página 1</b>					
<b>Desp. Aduan para incluir na Base do ICMS 1.217,15</b>					
Impostos	Aliquota	Base de Cálculo	Vir Imposto	Crédito	Custo
II	14%	89.555,75	12.537,81	0,00	12.537,81
IPi	5%	102.093,56	5.104,68	5.104,68	0,00
ICMS	0%	145.308,16	0,00	0,00	0,00
ICMS Presumido (negativo)	6%	145.308,16	8.718,49	8.718,49	-8.718,49
COFINS	9,65%	89.555,75	8.642,13	8.642,13	0,00
PIS	2,10%	89.555,75	1.880,67	1.880,67	0,00
Taxa Siscomex	0%	0,00	214,50	0,00	214,50
<b>Total dos Impostos</b>			<b>37.098,28</b>	<b>24.345,97</b>	<b>4.033,82</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Foram apresentados os dados iniciais para cálculo, e emissão da Nota Fiscal de Importação, nestes dados estão disponíveis o valor da mercadoria (encontrada na fatura), EUR 21.230,00 (vinte e um mil, duzentos e trinta euros), com a taxa de R\$ 3,9436 (três reais, noventa e quatro centavos), totalizando o valor da mercadoria R\$ 83.722,63 (oitenta e três mil, setecentos e vinte e dois reais, e sessenta e três centavos). Além deste valor, inclui-se o Frete, seguro, e outras despesas aduaneiras, totalizando o CIF de R\$ 89.555,75 (oitenta e nove mil quinhentos e cinqüenta e cinco reais, e setenta e cinco centavos). O valor do CIF se torna base de cálculo para: Imposto de Importação, com alíquota de 14%, PIS com alíquota de 2,10% e COFINS com alíquota de 9,65%. Para a Base de Cálculo do ICMS presumido, constitui-se o valor do CIF, Imposto de Importação, Imposto sobre produto Industrializado, PIS, COFINS, Despesas aduaneiras, e a Taxa Siscomex.

O Custo da aquisição da matéria prima:

Tabela 10:

Custo total do Item				
Item	Descrição	Quantidade	Custo total	Custo Unitário
1100017	EXXTRAL CNU011	22.000	93.589,57	4,2541
		0	0,00	0,0000
		0	0,00	0,0000
		0	0,00	0,0000
		<b>22.000</b>	<b>93.589,57</b>	

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Após o cálculo, apresenta-se o custo da matéria-prima adquirida, no valor total de R\$ 93.589,57 (noventa e três mil quinhentos e oitenta e nove reais, e cinquenta e sete centavos). Em resumo, os valores encontrados:

VLR ADUANEIRO -	R\$	89.555,75
TAXA SISCOMEX -	R\$	214,50
IMPOSTO IMPORTAÇÃO -	R\$	12.537,81
BASE IPI -	R\$	102.093,56
IPI (ALÍQUOTA 5%)-	R\$	5.104,68
BASE PIS/COFINS -	R\$	89.555,75
PIS (ALÍQUOTA 2,10%) -	R\$	1.880,67
COFINS (ALÍQUOTA 9,65%) -	R\$	8.642,13
BASE ICMS -	R\$	145.308,16

Utilizando a mesma data, para aquisição de matéria-prima nacional:

Tabela 11:

Quantidade	Vlr Unit	Valor total
22000	7,48	164.560,00

Imposto	Alíquota	Valor
IPI	-	0
ICMS	12%	19.747,20
PIS	1,65%	2.715,24
COFINS	7,60%	12.506,56

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Custo da matéria-prima nacional:

**Custo 129.591,00**

No segundo exemplo, a aquisição de matéria-prima importada obteve um custo menor que aquisição de matéria-prima nacional, com uma economia de R\$ 34.001,43.

#### 4.4.3 Exemplo 3:

Para o terceiro exemplo, a aquisição de matéria-prima importada, será utilizada os seguintes dados do dia 13/12/2016:

- Aquisição de 22000 kg de MP;
- Valor total EUR 21.230,00;
- Taxa EUR 3,5480
- Taxa USD 3,3340
- Classificação do Item: 39023000 polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas.
- Imposto de Importação 14%;
- Imposto sobre Produto Industrializado 5% (Suspensão);
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias: 6% crédito presumido (até fevereiro de 2017);
- Cofins 9,65%;

- PIS 2,10%.
- AFRRM: 1.320,20
- Outras despesas R\$ 814,00
- Seguro USD 70,00.

Tabela 12:

Totais	Item	Moeda	Vir USD/EUR	TAXA	Vir em R\$
Valor mercadoria	1	EUR	21.230,00	3.5480	75.324,04
Valor mercadoria	2	EUR	0,00	0,0000	-
Valor mercadoria	3	EUR	0,00	0,0000	-
Valor mercadoria	4	EUR	0,00	0,0000	-
<b>Total Mercadoria</b>			<b>21.230,00</b>		<b>75.324,04</b>
Frete	EUR	EUR	1.320,20	3.5480	4.684,07
Seguro	USD	USD	70,00	3.3340	233,38
Outras Despesas	BRL	BRL	814,00	1,0000	814,00
<b>Total Outras Despesas</b>					<b>5.731,45</b>
Valor Aduaneiro Item 1					81.055,49
Valor Aduaneiro Item 2					-
Valor Aduaneiro Item 3					-
Valor Aduaneiro Item 4					-
<b>Valor Aduaneiro</b>					<b>81.055,49</b>
<b>Página 1</b>					
Desp. Aduan para incluir na Base do ICMS	1.320,20				
Impostos	Alíquota	Base de Cálc	Vir Imposto	Crédito	Custo
II	14%	81.055,49	11.347,77	0,00	11.347,77
IPI	5%	92.403,26	4.620,16	4.620,16	0,00
ICMS	0%	131.807,49	0,00	0,00	0,00
ICMS Presumido (negativo)	6%	131.807,49	7.908,45	7.908,45	-7.908,45
COFINS	9,65%	81.055,49	<b>7.821,85</b>	7.821,85	0,00
PIS	2,10%	81.055,49	<b>1.702,17</b>	1.702,17	0,00
Taxa Siscomex	0%	0,00	<b>214,50</b>	0,00	214,50
<b>Total dos Impostos</b>			<b>33.614,90</b>	<b>22.052,63</b>	<b>3.653,82</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Foram apresentados os dados iniciais para cálculo, e emissão da Nota Fiscal de Importação, nestes dados estão disponíveis o valor da mercadoria (encontrada na fatura), EUR 21.230,00 (vinte e um mil, duzentos e trinta euros), com a taxa de R\$ 3,5480 (três reais, cinquenta e quatro centavos), totalizando o valor da mercadoria R\$ 75.324,04 (setenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e quatro centavos). Além deste valor, inclui-se o Frete, seguro, e outras despesas aduaneiras, totalizando o CIF de R\$ 81.055,49 (oitenta e um mil cinquenta e cinco reais, e quarenta e nove centavos). O valor do CIF se torna base de cálculo para: Imposto de Importação, com alíquota de 14%, PIS com alíquota de 2,10% e COFINS com alíquota de 9,65%. Para a Base de Cálculo do ICMS presumido, constitui-se o valor do CIF, Imposto de Importação, Imposto sobre produto Industrializado, PIS, COFINS, Despesas aduaneiras, e a Taxa Siscomex.

## O Custo da Aquisição da Matéria-Prima importada:

Tabela 13:

Custo total do Item				
Item	Descrição	Quantidade	Custo total	Custo Unitário
1100017	EXXTRAL CNU011	22.000	84.709,31	3,8504
		0	0,00	0,0000
		0	0,00	0,0000
		0	0,00	0,0000
		<b>22.000</b>	<b>84.709,31</b>	

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Após o cálculo, apresenta-se o custo da matéria-prima adquirida, no valor total de R\$ 84.709,31 (oitenta e quatro mil setecentos e nove reais, e trinta e um centavos). Em resumo, os valores encontrados:

VLR ADUANEIRO -	R\$	81.055,49
TAXA SISCOMEX -	R\$	214,50
IMPOSTO IMPORTAÇÃO -	R\$	11.347,77
BASE IPI -	R\$	92.403,26
IPI (ALÍQUOTA 5%)-	R\$	4.620,16
BASE PIS/COFINS -	R\$	81.055,49
PIS (ALÍQUOTA 2,10%) -	R\$	1.702,17
COFINS (ALÍQUOTA 9,65%) -	R\$	7.821,85
BASE ICMS -	R\$	131.807,49

Utilizando a mesma data, 13/12/2016, para aquisição de matéria-prima nacional:

Tabela 14:

Quantidade	Vlr Unit	Valor total
22000	7,26	159.720,00

Imposto	Alíquota	Valor
IPI	-	0
ICMS	12%	19.166,40
PIS	1,65%	2.635,38
COFINS	7,60%	12.138,72

Fonte: Elaborado pelo Autor, baseado em dados da empresa adaptado.

Custo da matéria-prima nacional:

**Custo 125.779,50**

Realizando uma breve análise nos exemplos mostrados, em ambos é vantajoso para a organização realizar todo o processo de importação, obedecendo todas as regras do processo aduaneiro, para que não ocorram maiores problemas, e possua maiores custos.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Devido à grande competitividade no mercado, as empresas buscam sempre possuir o melhor produto, oferecendo total qualidade aos seus clientes. Deste modo, muitas vezes efetuar compra de matéria-prima nacional acaba obtendo um custo maior.

Através do desenvolvimento do estudo realizado nesta monografia, utilizando alguns dados fictícios, porém os preços e taxas reais dos dias citados, pode se concluir que a compra de matéria-prima importada, acarreta em um custo muito menor que a compra de matéria-prima nacional. Possuindo qualidade maior que o produto semelhante dentro do país. Porém, para realizar a compra da MP importada, é de extrema importância o conhecimento, de todos os passos de um processo aduaneiro, para que não ocorram maiores problemas para a organização.

Dada importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de exemplos para que sejam apresentados dados numéricos aos gestores responsáveis, pela tomada de decisão. E deste modo, possa ser pesquisado maiores fornecedores, com a finalidade de comprar mais materiais importados, tais como material de embalagem, material componente, ou mesmo expandir os tipos alternativos de matéria-prima. Além de sempre estar atualizando com a contabilidade tributária, dando a devida importância para a questão.

Por fim, considera-se que será relevante a elaboração de novos trabalhos em setores distintos que verifiquem a área de importação e planejamento estratégico para sua otimização, abrindo uma portfólio maior de materiais importados, mantendo a competitividade no mercado dos produtos ofertados.

## REFERÊNCIAS

- ABRIL Exame (<http://exame.abril.com.br/negocios/como-anda-a-industria-automobilistica-no-brasil-ate-agora/>) Como anda a indústria automobilística no Brasil até agora.
- ABRIL, Quatro Rodas (<http://quatorrodas.abril.com.br/noticias/a-pre-historia-da-industria-automobilistica-no-brasil/>) A pré-história da indústria automobilística no Brasil.
- ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANFAVEA (<http://www.anfavea.com.br/50anos/8.pdf>) Indústria Automobilística Brasileira 50 anos.
- ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. Sistemas de controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: preparação de índice de publicações: procedimentos. Rio de Janeiro, 1989.
- BEUREN, **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003
- BIBLIOTECA Sebrae ([http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/f9087ff9c7f6da378eb8fb1f151fc79e/\\$File/5792.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f9087ff9c7f6da378eb8fb1f151fc79e/$File/5792.pdf)) Mercado Automotivo no Brasil.
- BRASIL, Agência ebc (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-01/montadoras-preveem-recuperacao-em-2017-com-crescimento-de-4-nas-vendas>) Montadoras preveem recuperação em 2017 com crescimento de 4% nas vendas.
- BRASIL, Presidência da República, DECRETO-LEI Nº 37, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966.
- BRASIL, Presidência da República, DECRETO-LEI Nº 2.472, DE 1º DE SETEMBRO DE 1988.
- BRASIL, Presidência da República, DECRETO Nº 7.212, DE 15 DE JUNHO DE 2010.
- BRASIL, Presidência da República, INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 948/09, Publicado no Diário Oficial da União em 15 de Junho de 2009. Art. 6 Instrução Normativa 948/09.
- BRASIL, Presidência da República, LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.
- BRASIL, Presidência da República, MEDIDA PROVISÓRIA No 1.725, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998.
- BRASIL, Presidência da República, LEI 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004.

BRASIL, RECEITA FEDERAL

(<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/despacho-de-importacao/topicos-1/despacho-de-importacao/etapas-do-despacho-aduaneiro-de-importacao/parametricao>).

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUSINESS, Automotive

(<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/18559/fabrica-da-renault-no-brasil-completa-15-anos>) Fábrica da Renault no Brasil completa 15 anos.

FRANCE, BR (<http://www.brfrance.com.br/blog/conheca-a-historia-da-renault-no-brasil/>) História da Renault no Brasil.

GOMES, R. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 67-80.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 185-221.

G1, Globo.com (<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/01/setor-automobilistico-pode-desacelerar-ainda-mais-em-2016.html>) Setor automobilístico pode desacelerar ainda mais em 2016.

ICMS, Valor Tributário (<https://www.valortributario.com.br/tributos/icms/>).

LIBRARY Fes (<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12147.pdf>) O Setor Automotivo no Brasil: Emprego, relações de trabalho e estratégias Sindicais.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 19-51.

PARANÁ, DECRETO Nº 6.080, Publicado no Diário Oficial do Paraná em 28 de Agosto de 2012. 615 Inciso I do RICMS/PR- Decreto 6.080/2012.

RODAS Quatro online (<http://quatorrodas.abril.com.br/noticias/a-pre-historia-da-industria-automobilistica-no-brasil/>) A pré-história da indústria automobilística no Brasil.

SIMOLDES PLÁSTICOS BRASIL,

(<http://www.simoldes.com/plastics/spbrasil.html>)

UFSCAR Fórmula, (<http://www.formula.ufscar.br/blog/um-passeio-pela-historia-automotiva-brasileira/>) Um passeio pela história automotiva brasileira, por Gabriel Duvra Salomão, publicado em 05/2015.

Univap, Revista (<file:///C:/Users/Francine/Documents/228-1760-1-PB.pdf>), Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas, publicado em 03/2014.

UOL, Folha Online (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1768313-mudancas-de-rumo-travam-setor-automotivo-no-brasil.shtml>) Mudanças de rumo travam setor automotivo no Brasil.

UOL, Folha Online (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1778936-setor-automotivo-preve-queda-de-19-nas-vendas-em-2016-no-brasil.shtml>) Setor automotivo prevê queda de 19% nas vendas em 2016 no Brasil.

Zanellato, Paulo José, **Limites a Revisão Aduaneira, Artigo 44343**, publicado em 11/2015.